

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1 – A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

2 – Assim, os itens a serem avaliados são os constantes na Tabela de Itens Avaliados. Para tanto, os preços estabelecidos no contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado.

3 – Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

4 – No período mensal o fiscal do contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

5 – O fiscal do contrato preencherá as ocorrências na Tabela de Itens Avaliados, a qual apresentará o percentual a ser descontado do faturamento. A Tabela de Itens Avaliados deverá ser apresentada à Contratada até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço, que conterá, no mínimo:

- a) Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
- b) Número do Contrato;
- c) Partes contratuais;
- d) Síntese do objeto;
- e) Relação de falhas; e
- f) Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

6 – O IMR poderá compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Resultados alcançados em relação ao contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
- b) Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- c) Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

7 – Após a apresentação à Contratada das anotações que compõem o IMR, com possíveis ocorrências e descontos, se houver, a mesma poderá apresentar justificativa do serviço com menor nível de conformidade no prazo de 5 (cinco) dias após do recebimento, sendo que neste caso só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

8 – Havendo impugnação ao relatório apresentado, o Contratante avaliará o mesmo, podendo promover diligências, ou apresentar a avaliação final da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

9 – Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 10º (décimo) dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo Contratante.

10 – A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal contendo os valores apontados pelo Contratante, conforme item anterior, entre 10º (décimo) e 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte ao trabalhado.

11 – Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da Contratada, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao Contratante, para pagamento das diferenças.

12 – Abaixo segue o IMR com a Tabela de Itens Avaliados:

ITEM	INFRAÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU	OCORRÊNCIAS	TOTAL A DESCONTAR
1	Indisponibilidade de impressão/geração de relatórios	Por dia	1		0,00%
2	Não realizar o monitoramento veicular dentro dos parâmetros estabelecidos no item 2.5 do Termo de Referência, anexo I (10 minutos com a ignição ligada e 02 horas com a ignição desligada)	Por ocorrência	1		0,00%
3	Não reparar ou substituir o equipamento com defeito no prazo contido no item 3.4 do Termo de Referência, anexo I (48 horas)	Por ocorrência	2		0,00%
4	Não comunicar ao contratante informações relevantes sobre o software de gerenciamento, tais como interrupções para manutenções, ou atualização do sistema, etc.	Por ocorrência	3		0,00%
5	Executar serviço incompleto, paliativo ou provisório, como por caráter permanente	Por ocorrência	3		0,00%
% A DESCONTAR DA NOTA FISCAL					0,00%

13 – As ocorrências apuradas deverão ser anotadas na Tabela de Itens Avaliados, na coluna “Ocorrências”.

14 – A depender do grau de cada infração, poderão ser descontados os seguintes percentuais:

GRAU	PERCENTUAL	INCIDÊNCIA
1	0,50% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal
2	1,00% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal
3	1,50% - Por ocorrência	Valor da Documento fiscal

15 – Caso o percentual a ser descontado das ocorrências no mês for superior a 20% (vinte por cento) ou, quando houver 03 (três) apontamentos, consecutivos ou intermitentes, para o mesmo item no período de 12 (doze) meses, além do desconto, poderá ser aberto processo administrativo visando à aplicação das sanções previstas em contrato.

16 - A inadimplência reiterada, para quaisquer itens dispostos no Instrumento de Medição de Resultados, serão passíveis de notificação à Contratada e abertura de processo administrativo visando a aplicação de sanções.